

**AO JUÍZO DA VARA DE FAMÍLIA, ÓRFÃOS E SUCESSÕES DA
CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DE XXXXXXXX-UF.**

FULANO DE TAL, NACIONALIDADE, maior capaz,
nascida em XX/XX/XXXX, residente e domiciliada em
XXXXXXXXXXXXXXXXXX, XXXXXXXX – UF, CEP: XXXXXXXX, telefone: (XX)
XXXXXXXXXX e **FULANO DE TAL**, NACIONALIDADE, ESTADO CIVIL,
PROFISSÃO, portador da carteira de identidade n. XXXXXXXX SSP/UF,
inscrito no CPF sob o nº XXX.XXX.XXX-XX, domiciliado no
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX – XXXXXXXX-UF, CEP: XXXXX-XXX,
telefones: (XX) XXXXXXXXXX, vêm por intermédio da **DEFENSORIA
PÚBLICA DO XXXXXXXXXXXXX – NÚCLEO DE XXXXXXXXXXXX**, à
presença de Vossa Excelência, com fulcro na Lei nº 5478/68, ajuizar

ACORDO DE EXONERAÇÃO DE ALIMENTOS

pelos motivos abaixo:

O segundo acordante está obrigado mensalmente a
prestar alimentos a primeira acordante, por força da r. sentença,
proferida nos autos de Ação de Revisão de Alimentos, processo n.

XXXX-X/XXXX, que tramitou na Xª Vara Cível de XXXXXXXX/UF, na importância equivalente a XX% do valor do salário-mínimo, a serem descontados de sua folha de pagamento e depositado na conta corrente da representante legal da autora.

Salienta-se que a época em que os alimentos foram determinados, a alimentada era menor de idade, porém hoje a alimentada conta com X anos de idade, Ademais, encontra-se convivendo em união estável e recebe aposentadoria, percebendo-se, por volta de R\$ XXX,XX. Cumpre ressaltar que o segundo acordante, encontra-se desempregado, além de ter X (XXXX) filhos menores, no qual ajuda mensalmente.

Assim, a primeira acordante não necessita mais do auxílio do segundo acordante, pois a acordante já possui condição de suprir suas necessidades, tais como: alimentos, vestuário, transporte, saúde, moradia e lazer, razão pela qual resolveu exonerar-lo de tal ônus.

Posto isto, requer:

a) os benefícios da gratuidade de justiça, nos termos do art. 98, do CPC;

b) dispensa da oitiva do ilustre membro do Ministério Público, considerando a inexistência de interesse de incapaz;

c) a homologação do presente acordo, no sentido de exonerar o pagamento de alimentos por parte do pai a filha;

Valor da causa: R\$ X.XXX,XX

Pede deferimento.

XXXXXXXXX/UF, 30 de outubro de 2023.

FULANO DE TAL
Primeira Requerente

FULANO DE TAL
Segundo Requerente

FULANO DE TAL
Advogada Colaboradora
OAB/DF XX.XXX

FULANO DE TAL
Defensor Público